

**BIONDI, Karina.** *Junto e misturado – uma etnografia do PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010. 245 páginas.

Gil Vicente LOURENÇÃO

É surpreendente o trabalho de pesquisa e as múltiplas linhas de análise propostas pela antropóloga Karina Biondi neste texto que resulta de sua dissertação de mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos. Brilhante, ousado, bem narrado; vivo, poderíamos dizer. O texto versa sobre o trabalho etnográfico seguido nas linhas do PCC, conhecido atualmente dentro e fora das muralhas como Primeiro Comando da Capital. E que se pesem as dificuldades para tal empreendimento, uma vez que essa pesquisa nada tem de trivial; e lida com uma inserção da antropóloga de um ponto de vista muito peculiar e intimista. Essa conexão particular lhe permite defender uma tese que explica o funcionamento do PCC em todos os níveis: de baixo a alto e ortogonalmente. Ou melhor seria dizer em imanência-transcendência. Demonstra a gênese, partenogênese e os devires silenciosos que povoam as linhas que não param de se multiplicar. Singularidades e multiplicidades das moléculas de intensidades variáveis e intenções-limite que povoam o universo carcerário do estado de São Paulo [e poderíamos dizer bem além].

Curioso notar que, embora a antropóloga não explore com centralidade neste trabalho, existe uma linha de fuga que fala sobre a operação da democracia atualizada nas relações entre presos. Devirologia na qual os cidadãos deliberam desde que evidentemente portem o *status* de ‘cidadãos’ por meio do rizoma político que emerge da percepção de se tratarem de guerreiros-pensadores-políticos que apresentavam – e apresentam – seus argumentos na ágora.

Aos adeptos das facilidades analíticas, devemos alertar que o livro não mistifica o PCC. E não se compraz em uma atitude redentora, como bem lembra o antropólogo Jorge Villela (*in* Biondi 2010:11-21). Mas não deixa de percorrer as linhas de enunciação por onde a política emerge com centralidade incontestada. O trabalho de Biondi é composto de seis partes, consistindo de uma introdução, quatro capítulos e uma conclusão com o estabelecimento da tese. Passemos rapidamente em revista, portanto.

Na introdução, a autora nos informa sobre sua inserção em campo, donde apresenta um meticuloso excerto etnográfico síntese de visitas ao CPD<sup>1</sup> de São Bernardo do Campo – grande São Paulo – e sentimo-nos acompanhando-a em um dia de visita. A dinâmica para conseguir a senha; os procedimentos, a fila, o tempo de espera; a disputa por cada ínfimo espaço de aproximação. As progressivas coordenadas são apresentadas, e códigos de comportamento ou conduta descritos (Biondi 2010:24-31).

Destaca-se o impressionante relato da revista realizada pelos agentes quando ela estava a entrar no presídio, no qual passa a ser o objeto de escrutínio pouco ortodoxo. Impossível passar incólume à humilhação sofrida pela autora nessa ‘revista.’

Já não conseguia conter as lágrimas que escorriam pelo meu rosto. Naquele dia, consegui entender o que os presos chamavam de *humilhação*,<sup>2</sup> sentimento ligado a uma situação de impotência misturada com revolta... (:38)

Uma das questões que a antropóloga nos conduz a refletir é como falar dessa multidão, que não se define pelo grupamento, mas pela quantidade e qualidade das *relações* travadas entre si – e quem diga da multiplicidade interior, das humilhações – intra e extra muros, multidão não facilmente localizável; rizomática. Como falar do PCC, que não é um grupo, que não é vários e que não são indivíduos como se compraz a com facilidade a teoria sociológica; como falar de coletivos que não se definem por margens e fronteiras?

Um dos méritos deste trabalho não é discutir a instituição – e sobre esse problema, vários pesquisadores já se debruçaram, inclusive Foucault (1975, 2003), mas sim, admitir a existência de um coletivo – que no caso do estado de SP e nacionalmente é referido como PCC – enquanto realidade e que está intrinsecamente ligado à própria dinâmica de fabricação de pessoas dentro das unidades prisionais. Não é tanto o estabelecimento de individualidades, mas de *relações*, conforme conceito apontado pela autora. E nesse sentido, a condição da pesquisadora é deveras importante, pois estabelece um ‘pertencimento’ – que não quer dizer concordância ou identificação, em razão de sua relação de proximidade com as linhas onde incidem diferentes modalidades da política; e não pertencimento – em razão da descrição das modalidades de operação da máquina de produção. Que fique claro, não há fronteiras que se aproximariam pela

<sup>1</sup> CPD – Centro de Detenção Provisória. A autora apresenta neste capítulo uma série de dados sobre os locais de realização da pesquisa. Para tanto, ver Biondi (:23-64).

<sup>2</sup> Os termos em itálico referem-se a conceitos explorados pela autora.

posição da antropóloga – o famoso ponto de vista nativo e o ponto de vista antropológico do ponto de vista nativo. A antropóloga é a *visita*.

No Primeiro capítulo, descreve-nos a operação do PCC, enquanto composto por territorialidades fugidias e diversas composições. E sobressai a definição política, que também é uma delimitação epistemológica. Ela abre o capítulo descrevendo de onde teríamos um *big bang* do PCC, onde as coordenadas de tempo e espaço passam a ser apresentadas, para logo depois deixarem de ser usadas. O Carandiru garantiu o primeiro movimento, por meio do massacre abjeto dos 111 reclusos (:65-68). Posteriormente, quando da desativação deste presídio, foi ativada uma tríade com a conjuntura de crescimento da população carcerária em sincronia com transferências para as periferias<sup>3</sup> e o início da criação mítica do PCC (:68-70) em um jogo de futebol opondo o ‘comando caipira’ e o ‘primeiro comando da capital;’ sua relevância política posterior também é estimada. Esse movimento foi iniciado com o objetivo de proteger os próprios reclusos deles mesmos; em suma, um movimento de moralização da conduta presidiária. Posteriormente passa a ser arena de argumentação política, não mais dos presos somente, mas dos presos *irmãos* para outros coletivos.

Represálias estatais ocorreram, uma vez que ao Estado se apregoa a tese de ser um aparelho de moralidade por meio das máquinas disciplinares como a escola, prisão, [in]justiça. O primeiro movimento de contra-ataque foi o menosprezo. O segundo, de esconder a relevância, e para isso contou com a ajuda da imprensa.

Na dinâmica de ‘descoberta’ do PCC, o Estado e os intelectuais procuraram pela hierarquia de ‘tipo Estado ou empresa.’ Esse foi o problema para uma lógica que se ocupa da projeção de si indefinidamente, pois como lidar com movimento sem movimento, unidade acéfala sem unidade, que se ramifica, se multiplica em cada local onde as condições sejam satisfeitas? (:72-84) Como localizar o centro de propagação de regras que se moldam às circunstâncias e tão logo em operação torne-se indeterminada a sua origem?

Um termo em específico guarda permanência: a noção de *disciplina* do comando (:85), que trata de responsabilidades. Cada ação dos *batizados* tem consequência. Essa causalidade encerra uma das linhas de intensidade e intenção que definem a pertença. Importante se notar que a causalidade que repousa sobre o *batizado* perpassa todo o coletivo e não é predicado de tal ou qual pessoa, mas o lugar passível de ocupação que

<sup>3</sup> Sobre as transferências, ver a utilização do veículo de transporte – conhecido como *bonde* – e o tratamento a que os reclusos estão sujeitos (página 35 e seguintes).

possui agência política. E a autora considera com leveza e propriedade a noção de função, pois cada lugar é definido por meio de *relações* de localização e da potencia política do espaço passível de ocupação. Cada peixe guarda dentro de si o oceano; todo o oceano, por assim dizer. A lógica estatal prejudica a existência de peixes maiores, que comem menores e assim por diante. O trabalho da autora demonstra que em cada recluso está todo o PCC; ora, não temos o exemplo de uma máquina de moralidade?

No segundo capítulo, temos a política das faculdades, sendo o último um termo nativo importante, pois desenvolve a tese das posições políticas; o exercício de sua prática, a discussão da *igualdade* enquanto princípio filo-antropológico – não apartado, e que exige atualização – e as teorias políticas.

Diz-nos a autora que o PCC sofreu alterações a partir de Marcola (:106-108), visto que o que antes era considerado uma estrutura fixa com centro localizado passa a ser móvel e não determinado. Evidentemente que isso não se deu de forma instantânea; tudo se passou com a lenta introdução do princípio de *igualdade* ao lema “*paz, justiça e liberdade.*” Tensões se apresentaram e nessas a hierarquia se diluiu por todo o coletivo. E essa diluição do centro resultou de uma distribuição de valor a cada bastião de política, como demonstra o jogo de xadrez das posições de *faxina, piloto e torre* (:108-110). O importante a notar é que todos os batizados devem ser capazes de assumir os postos de operação política em caso de necessidade; a exceção é sobre o termo *torre* que não é facilmente localizável. Em suma, não é de dominação, subjugação ou hierarquia estatal<sup>4</sup> que se trata; é antes uma agência posicional que leva em conta *desejo, saber, escolha, posição*. E todas elas ao mesmo tempo.

No terceiro capítulo, temos a política da imanência, através da qual os *projetos, estratégias e improvisos* formam pontos e linhas de intensidade e conexões variadas. Embora a noção de indivíduo esteja ausente<sup>5</sup> temos uma construção fina da agência a partir dos espaços ocupados e passíveis de mensuração através das *vontades, apetites e disposições* que se desenrolam por meio da *igualdade*, que apareceria por meio da consideração de ‘um comando sem comando,’ ou seja, desindividuo e acéfalo. Isso nos induz a pensar na pertinência de classificação desse coletivo não facilmente delimitável como ‘crime organizado’ ou ‘organização criminosa.’ (:157-160) Ora, tal

<sup>4</sup> *Hierarquia estatal* pois há outros modos de operação hierárquica que a autora não aborda e que, não necessariamente, opõem igualdade e hierarquia. Para isso, ver Lourenção (2010: 76-104).

<sup>5</sup> Apresenta-se como processo de individuação, e que podemos retrair a partir de Foucault (2001, 2003) e Deleuze-Guattari (1976, 1997, 2000), que é diferente do processo de individualização, tratado por outros.

classificação pressupõe o lucro, a hierarquia e uma gestão eficaz de sua ação, orientada para um fim empresarialmente dado. E isso é tudo o que o PCC não atualiza. A questão reordenada é como e porque o comando funciona. E para responder isso a autora lança mão da descrição enfim de *projetos, acasos, estratégias e improvisos*. Em relação ao primeiro, dois em específico orientam a existência do PCC: a paz interna entre os presos e a guerra contra o exógeno ao comando. A distinção entre projeto e estratégia é dada pelas diferentes *velocidades, intensidades, alcances e distribuições* de seus enunciados (:161-162). A diferença entre tática e estratégia é mutuamente alimentada por cada variável alocada quando de sua atualização, por exemplo, em uma fuga da prisão. Não é possível prever de antemão todas as variáveis em jogo. E as táticas levam a uma transformação nas estratégias utilizadas e vice-versa.

O trabalho tem uma torção no quarto capítulo que trata da política da transcendência, e se conecta ao terceiro capítulo pela discussão da desindividuação como linha de fuga para a transcendência do PCC. E disso decorrem conseqüências importantes, como a tomada do PCC – desta vez transcendente – enquanto desterritorializado e dessa forma passível de se territorializar em qualquer lugar-tempo onde as condições se apresentem satisfeitas. Importante deixar claro que a autora não atribui existência transcendente ao PCC; não obstante, a referência ao comando como uma força exterior, uma figura autônoma, permeou toda a descrição, de acordo com sua afirmação (:91-192). E como exemplo de operação extra-específica, o PCC se territorializa por meio de seu plano de moralidade na *fundação casa*.

“O que torna possível a teorização política e a prática política existentes no comando é a ressonância de vontades em variadas expressões, por *corpos juntos e misturados, que correm lado a lado*.” (:193-195) Poder-se-ia considerar, levando às últimas conseqüências, a existência da imanência na transcendência e vice versa. Não se trata de dualismo entre um PCC sociedade-estado e os presos individualmente tomados, mas de mutua penetração que envolve ambos e cada relação (:195).

Por fim, a conclusão se limita a levantar pontos vislumbrados nos capítulos anteriores e as conexões entre a existência transcendente e imanente do PCC cruzada com a consideração da forma-estado latente em tal ontologia e as relações com o termo-síntese nativo de *juntos e misturados*. Nem um nem outro. Múltiplo. Visível e invisível. Existente e inexistente. Paradoxo sem paradoxo. Uma máquina moral.

Em suma, constitui-se em um trabalho importante uma vez que não se compraz em uma atitude simplificadora; não avalia essa máquina passível de territorialização do

ponto de vista da produção-reprodução da delinquência; ao contrário, reflete transversalmente à operação da democracia em todos os seus termos: desde um ponto de vista infinitesimal, de confecção de gente – *junta e misturada* – a situação daqueles que ficam e sofrem do lado de fora; dos espaços de combate, que são locais saturados de política – intra-presos, extra-presos – até o que aparentemente é exterior, mas que se volta constantemente à *disciplina* do comando. Em poucas palavras, um trabalho exemplar e sério.

**Gil Vicente Lourenção**

Doutorando em Antropologia Social pela UFSCar

### Referências bibliográficas

- DELEUZE, Gilles. & GUATTARI, Felix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Volume 4, SP, Editora 34, 1997.
- \_\_\_\_\_. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Volume 1, SP: Editora 34, 2000.
- FOUCAULT, Michel. Surveiller et punir: naissance de la prison. Paris: Gallimard, 1975.
- \_\_\_\_\_. Les Mailles du Pouvoir, Dits et Ecrits IV, Paris: Gallimard, 2001.
- \_\_\_\_\_. Ditos e Escritos IV, RJ: Forense, 2003a.
- \_\_\_\_\_. Ditos e Escritos V, RJ: Forense, 2003b.
- LOURENÇÃO, Gil Vicente. Identidades, práticas e moralidades transnacionais: etnografia da esgrima japonesa no Brasil. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, São Carlos, SP, UFSCar, 2010. Disponível em <http://gilvicenteworks.wordpress.com/academico/>

Recebido em 02/10/2010

Aceito para publicação em 17/10/2010